



## Relatório Final

Com o tema "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil", foi realizada na capital federal, nos dias 17 e 18 de agosto, a 48ª edição da Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB. Participaram do evento 162 funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, entre representantes e base da Associação, da ativa e aposentados, advindos das diversas unidades de trabalho nos estados onde o Banco atua.

Essa edição, diferente das demais, concentrou no primeiro dia as discussões internas, proposições e moções que direcionarão a atuação da diretoria da entidade e no segundo, aberta ao público, a realização do Seminário com o mesmo tema da RCR, no auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal.

**17/08/2015**

### Abertura

A mesa de abertura do primeiro dia foi formada por Rita Josina Feitosa da Silva (Presidenta da AFBNB), Ocione Mendonça (presidente da Camed), José Maria Galas (diretor da AABNB), Fábio César Ginaldes (representando o presidente do BNB), Silvana Silva (conselheira eleita do BASA), Jacy Afonso (representando a CUT), Almir César de Carvalho (representando a CSP Conlutas) e Augusto Vasconcelos (pres. do Seeb BA, representando a CTB).

As falas dos representantes das centrais sindicais tiveram um forte tom político. No entanto, eles foram unânimes em defender a união de esforços em torno da causa regional, por justiça social e respeito aos princípios democráticos. A importância do tema do evento foi ressaltada como fundamental para o país.

O representante do Banco do Nordeste do Brasil parabenizou a AFBNB pela iniciativa inédita de levar o encontro para Brasília e disse haver alinhamento em todas as discussões e questões em torno do desenvolvimento regional. Segundo ele, incompatibilidade de agenda impediu a presença do presidente do BNB ao evento.

Silvana Silva destacou a importância do tema, fazendo relação com a luta geral dos trabalhadores. "O recurso mais importante dos bancos somos nós, bancários".

Em sua fala, Ocione falou da expansão das CliniCameds e informou que até dezembro desse ano serão 11 unidades em pleno funcionamento: duas em Fortaleza/CE e uma unidade nas cidades de Teresina/PI, Montes Claros/MG, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Recife/PE, Salvador/BA, Aracaju/SE, Natal/RN e São Luis/MA.

Rita Josina ratificou que o tema dessa RCR mobiliza a AFBNB há quase 30 anos, desde a criação da entidade, sempre em consonância com as questões do mundo do trabalho. "Atravessamos grandes momentos, muitos desafiadores e a participação de todos foi importante para que a AFBNB construísse essa sua marca, de lutar pelo Nordeste". Ela destacou a RCR como um espaço democrático, de construção de lideranças e respeito ao contraditório. "Não temos respostas, estamos construindo um caminho. E nesse caminho priorizamos o diálogo - entre nós, com a gestão do BNB, com os parlamentares, com o Governo e com a sociedade".

## **Mesa diretora**

Rita Josina, Waldenir Brito, Alci Lacerda e Dorisval de Lima integraram a mesa diretora do encontro, a qual coordenou a aprovação do regimento, os debates, plenárias e momento de construção de relatórios além de fazer a contextualização sobre as bandeiras da Associação.

Alci Lacerda apresentou a ação institucional da AFBNB, citou projetos de interesse dos trabalhadores do BNB no Congresso Nacional acompanhados pela entidade e o trabalho de monitoramento e reversão desenvolvidos junto ao parlamento quando tais projetos representam ameaça à região, ao Banco ou aos trabalhadores. Ele ratificou o papel tanto da entidade mas sobretudo dos representantes em estarem atentos e informados para que participem efetivamente das ações de mobilização propostas pela AFBNB. Reforçou, ainda, que todos precisam saber porque é importante essa intervenção junto ao parlamento e deu exemplos de resultados concretos frutos desse trabalho: o FNE, a inclusão do BNB no Conselho Deliberativo da Sudene, e a autorização para o aumento do capital social do BNB (não concretizado).

O diretor institucional citou os principais projetos de lei acompanhados, as Medidas Provisórias - como a que cria o Fundo de Energia do Nordeste (MP 677) e a MP 683, que institui o Fundo regional de Desenvolvimento e Infraestrutura - cujo operador é a Caixa Econômica Federal. Falou ainda do entendimento da AFBNB amplamente divulgado e defendido junto ao Parlamento, de que o recorte regional deve estar presente em todas as políticas, programas e projetos do Governo Federal, e da proposta de emenda que altera o artigo 21 da Constituição, elaborada pela AFBNB nesse sentido.

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, garantindo o recorte regional nas políticas, programas e projetos, inclusive os de âmbito nacional, com ações diferenciadas às regiões menos desenvolvidas, especialmente ao Norte e Nordeste, enquanto perdurarem as desigualdades entre os indicadores econômicos e sociais dessas Regiões frente àqueles da média nacional.

Alci destacou também que a Associação elaborou proposta de Projeto de lei que inclui o parágrafo §7º ao Art. 543, da CLT, para dispor sobre proteção legal aos dirigentes e representantes das associações de trabalhadores, isonômica e análoga aos dirigentes ou representantes sindicais. A luta da entidade agora é para que algum parlamentar apresente tanto a PEC quanto o PL.

## **Alterações do Estatuto**

Henrique Moreira, Rita Josina e Dorisval de Lima apresentaram os itens para os quais havia proposta de alteração no Estatuto, justificando a necessidade de cada uma. A plenária apresentou alterações em alguns pontos, que foram votados, sendo aprovados os que constam abaixo. Uma vez aprovadas, a proposta de alteração estatutária será submetida à Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser convocada pela Diretoria da AFBNB, sendo essa a instância máxima para deliberar em definitivo sobre a matéria.

1) Unificação da data para a assembléia geral ordinária (AGO) – corrigir uma anomalia que estabelece a realização da assembléia de Fortaleza(CE) somente 15 dias após a das agências;

2) Participação do associado aposentado na RCR na condição de Representante com direito a voz e voto - atualmente esse segmento participa na condição de ouvinte com direito à voz apenas. Com a alteração proposta e aprovada em plenária, os aposentados associados serão eleitos por estado para participar da RCR com direito a voz e a voto na proporção de 1 para cada 50 no Estado, considerando o número de 2 quando

tiver mais de 50 e menos de 100 aposentados em cada estado, limitado a 20% do número de representantes do estado.

3) Inserção das atribuições do diretor regional – incluir resolução já aprovada, na alteração do estatuto;

4) Instituição da Diretoria de Previdência e Saúde – pasta responsável por coordenar as políticas da Associação no tocante às demandas dos associados e quanto às questões de natureza previdenciária e de saúde, seja no âmbito interno – BNB, Capef e Camed - seja em âmbito externo ao Banco – órgãos de Governo, parlamento, entidades afins e demais órgãos vinculados. Pela criação dessa pasta, fica extinta a atual diretoria de coligadas, cujas atribuições passam a pertencer à que está sendo criada;

5) Instituição da Diretoria de Organização e Finanças - estabelecer que as atribuições dessa pasta contemplem os aspectos hoje de responsabilidade das duas diretorias existentes (de finanças e de organização) com a extinção das duas;

6) Instituição da Diretoria de assuntos jurídicos – a pasta será responsável por coordenar as políticas da entidade neste campo, inclusive o acompanhamento das ações jurídicas;

7) Realização de eleição suplementar duas vezes ao ano com data definida para 90 dias antes da próxima RCR, mantendo o direito de realizar ainda eleições suplementares nas novas agências 30 dias após sua abertura efetiva, bem como 30 dias após a vacância de representante.;

8) Mudança de endereço em função da nova sede, para fins legais quanto a documentos e demais registros da Associação;

9) Composição da comissão eleitoral para o pleito da diretoria e conselho fiscal por três membros (hoje são cinco), mantendo-se o marco vigente quanto a data para definição, ou seja, na RCR imediatamente anterior ao processo eleitoral, bem como as atribuições de cada membro;

10) Apuração de votos na eleição para a diretoria e conselho fiscal no local de votação nas unidades do Banco - a subcomissão eleitoral de cada unidade, exceto as de Fortaleza (CE), coletará os votos, apurará e enviará o resultado para a comissão eleitoral, sendo essa informação a que deve permanecer para efeito da contabilização e totalização dos votos, prevalecendo assim, o respeito, a confiança, a credibilidade e autonomia das subcomissões, bem como a fidedignidade das informações. Redução de custos e celeridade no processo;

11) Posse da Diretoria e conselho fiscal - corrigir a contradição que existe sob esse aspecto (posse da diretoria antes do encerramento do mandato) em decorrência de o dia 1º de janeiro ser feriado (hoje o encerramento do mandato é 31 de dezembro). Neste sentido definem-se os dias 29 e 30 de dezembro para o fim do mandato e a posse da nova gestão, respectivamente. Em caso de estas datas coincidirem com feriados, consideram-se os “dias úteis” imediatamente anteriores para os respectivos registros – fim do mandato e posse da nova gestão.

Na tarde do primeiro dia, foi feito um resgate quanto à atuação da AFBNB desde sua criação até a concretização da realização do seminário do dia 18 seguinte no tocante à luta pelo FNE - o comitê de fortalecimento do BNB; a reforma do sistema financeiro nacional; a criação do Coref; a campanha "Não salvem o Nordeste: cumpra-se a Constituição"; a criação do conselho técnico da AFBNB; o Projeto Nordeste Cidadania; o ciclo de debates e o livro "Por um Nordeste Melhor"; a Carta Compromisso pelo Desenvolvimento Regional e a cartilha "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil". Na ocasião, foi apresentado documento **Carta de Brasília**, editado e apresentado no Congresso Nacional ao término do Seminário.

Finalizado esse momento, passou-se para a apreciação e aprovação das propostas apresentadas durante os debates em plenário.

Após a plenária final, a presidenta Rita Josina apresentou dados contendo os investimentos da 48ª RCR, reiterando que toda a despesa foi custeada exclusivamente com a contribuição dos associados.

No encerramento do primeiro dia, o aposentado Adeilton Arcanjo prestou uma homenagem com entrega de medalhas à presidenta Rita Josina e aos diretores Dorisval de Lima e Assis Araújo, em nome de toda a diretoria da AFBNB, pelos trabalhos desenvolvidos e a atenção dada aos funcionários.

**18/08/2015**

O Seminário "Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil" foi realizado no auditório Nereu Ramos (Câmara federal/Brasília/DF) e reuniu parlamentares, assessores, representantes de entidades e imprensa, além dos representantes da AFBNB, todos imbuídos de um mesmo propósito: discutir o desenvolvimento regional, os investimentos e o fortalecimento das instituições públicas.

Ao todo, 17 parlamentares prestigiaram o evento, três dos quais foram representados por assessores: Dep. Júlio César (PI) - palestrante, coordenador da Bancada do Nordeste; Dep. Danilo Forte (CE), Marcelo Castro (PI), Dep. Daniel Almeida (BA), Dep. Paulo Fernandes - Paulão (AL), Dep. Wilson Filho (PB), Dep. Érika Kokay (DF), Dep. Odorico Monteiro (CE), Dep. José Carlos (MA), Dep. Gonzaga Patriota (PE), Dep. Beto Rosado (RN), Dep. João Daniel (SE), Dep. Assis Carvalho (PI), Dep. Gomes de Matos (CE), assessoria do Dep. estadual Capitão Wagner (CE), Assessoria do Dep. José Airton (CE) e Assessoria da Dep. Tia Eron (BA). Representantes de entidades/instituições se fizeram presentes: Jacy Afonso (CUT), Roberto Policarpo (PT), Olivier Chagas (Secretaria de Meio Ambiente de Recursos Hídricos/SE), Franciso Dal Chiavon - Chicão - (MST), Marcos Elvas - prefeito de Bom Jesus (PI), Augusto Basílio - secretaria de planejamento de Teresina (PI), Paulo José Braga (Representando a CAPEF), Silvana Silva (BASA), Francisco Soares (BNB), José Maria Galas (Diretor da AABNB), José Avelino (Fetec - CUT/CN), Luciana da Mata Vasconcelos (Secretaria Adjunta de Relações Institucionais do BNB).

Os parlamentares presentes tiveram a oportunidade de falar e destacar a importância de se discutir o desenvolvimento regional para que o Brasil avance tanto economicamente quanto socialmente. Uma das falas mais enfáticas e emocionantes foi feita pela dep. federal Érika Kokay (DF), cearense que mora no Distrito Federal há 40 anos. Para ela, o nordestino deve ser livre para decisão de permanecer ou não no Nordeste e não obrigado pela falta de oportunidades em sua terra natal.

O coordenador da Bancada Nordestina na Câmara, dep. Júlio César e o Diretor de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional, José Wanderlei Uchôa Barreto, fizeram explanações técnicas abordando a necessidade de maiores investimentos nos órgãos de desenvolvimento, pela relevância da atuação das instituições regionais de fomento. A mesa teve a mediação da presidenta da AFBNB, Rita Josina Feitosa da Silva.

As apresentações feitas pelo dep. Júlio César e por José Wanderlei Uchôa Barreto, do Ministério da Integração Nacional, estão disponíveis no site da AFBNB.

No encerramento, Rita Josina leu a carta de Brasília e ratificou o posicionamento da AFBNB em defesa do desenvolvimento regional, contra a PEC 87/2015 e a luta pela valorização dos trabalhadores.

## **Agenda Institucional**

Durante a realização da RCR e do Seminário "Nordeste: Sem Ele não há Solução para o Brasil", a AFBNB realizou interlocução com parlamentares na Câmara e no Senado, no contexto de suas ações da agenda institucional. Nesse sentido participou de sessão na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP e de audiência na subcomissão de desenvolvimento regional do Senado que discutiu a aplicação dos fundos constitucionais e contou com a participação dos presidentes dos bancos BNB e BASA e de diretor do BB. Os diretores distribuíram materiais impressos com informações sobre a luta encampada pela Associação contra a PEC 87/2015.

Ainda em Brasília a presidenta Rita Josina e o diretor Waldenir Britto estiveram em reunião no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para tratar de assuntos relacionados ao BNB e de interesse da categoria, cujas demandas são pautadas pela Associação e que necessitam de encaminhamentos urgentes por parte do Banco, entre eles a importância da eleição do conselheiro representante dos funcionários, o aumento do número de funcionários, a reintegração dos demitidos na era Byron Queiroz e a revisão do PCR.

## **Documentos**

### **Deliberações**

1. Que a AFBNB negocie junto à diretoria do BNB a ampliação do fundo de demandas diferenciadas da Camed.
2. Cobrar do Banco que estruture e fortaleça o cargo do agente de desenvolvimento, inclusive, com suprimimento das vagas e efetivação do papel do agente de desenvolvimento.
3. Cobrar do Banco que promova ações no sentido de fortalecer o Etene e valorizar suas atividades no contexto da estratégia desenvolvimentista do BNB.
4. Cobrar do Banco que crie/estruture o cargo de GSN Pronaf (análise da área rural, pois encontra-se desprivilegiado e desestimulado do ponto de vista do exercício da função de gerente de negócios Pronaf).
5. AFBNB deve realizar eleição suplementar duas vezes ao ano com data definida para 90 dias antes da próxima RCR, mantendo o direito de realizar ainda eleições suplementares nas novas agências 30 dias após sua abertura efetiva, bem como 30 dias após a vacância de representante.
6. Em votações do interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional a diretoria da AFBNB deve examinar o mérito da matéria e divulgar o posicionamento dos parlamentares.
7. A AFBNB deve articular uma agenda institucional conjunta com as entidades representativas dos demais bancos públicos visando avanços nos encaminhamentos do projeto sobre a isonomia.
8. A AFBNB deve eleger aposentados associados para participar da RCR com direito à voz e a voto na proporção de 1 para cada 50 no Estado, considerando o número de 2 quando tiver mais de 50 e inferior a 100 aposentados em cada estado, limitado a 20% do número de representantes do estado.

9. Cobrar do Banco uma política para a situação dos funcionários já beneficiários do INSS e que permanecem na ativa.
10. Cobrar do Banco o pagamento adequado para os Técnicos de Campo com jornada de 6h que trabalham além da jornada sem receber.
11. Cobrar do Banco que considere o tempo de licença saúde pelo INSS para efeito de cálculo do tempo de serviço para fins de promoção – PCR.
12. A AFBNB deve reforçar o pedido de realização de um seminário sobre a urna eletrônica da Capef.
13. Que a AFBNB sugira/indique aos sindicatos que cobrem do Banco que, durante a mesa de negociação, justifique (cláusula por cláusula da minuta de reivindicação) a possível negativa de atendimento de cada uma das cláusulas.
14. A AFBNB deve criar canal de comunicação que viabilize a comunicação direta entre os representantes da Associação e a bancada nordestina do Congresso Nacional.
15. Nas RCRs que não sejam realizadas em Brasília, que o maior número possível de membros da Bancada Nordeste seja convidado a participar do evento.
16. Cobrar do Banco a realização de concurso para suprir necessidade das agências.
17. Cobrar do Banco que seja estabelecida e paga verba de periculosidade e insalubridade para os caixas e funcionários envolvidos na área.
18. Que a AFBNB intensifique a interlocução com os sindicatos em cujas bases existam agências em condições precárias de trabalho no sentido de desenvolver ação conjunta para a superação dos problemas.
19. Sugerir ao Banco que quando folgas, ausências abonadas ou licença prêmio estiverem para vencer, que sejam automaticamente indenizadas e não caducadas.
20. Questionar a legalidade da caducidade da licença-prêmio (direito adquirido).
21. Sugerir ao Banco que elimine o parecer gerencial (hoje, com caráter eliminatório) do processo de concorrência, tendo em vista que o funcionário já foi avaliado na avaliação 360°.
22. Cobrar do Banco a incorporação da função após 10 anos de exercício da mesma, de forma automática como ocorre na CEF.
23. Que os representantes encaminhem a discussão sobre isonomia (PL 6259) em suas unidades o mais rápido possível para fins de encaminhamento de e-mails ao relator, deputado Ênio Verri.
24. Que os representantes encaminhem a discussão sobre terceirização (PL 4330) em suas unidades o mais rápido possível para fins de encaminhamento de e-mails ao relator, senador Paulo Paim.
25. Que os representantes encaminhem a discussão sobre a PEC 87/2015 em suas unidades o mais rápido possível para fins de encaminhamento de e-mails ao relator, senador Eunício Oliveira.

26. Que os representantes encaminhem no contexto da PEC 87/2015 documentos disponibilizados pela AFBNB às Câmaras de Vereadores dos seus municípios de lotação, para fins de realização de audiências públicas de discussão da PEC 87/2015.

27. Promover interlocução com as entidades que foram mobilizadas a participar da 48ª RCR e do seminário “Nordeste, sem Ele não há Solução para o Brasil” no sentido de construção de um instrumento de discussão amplo e democrático voltado para a luta, visando defender propostas quanto a um projeto nacional de desenvolvimento.

### **Deliberação para a Diretoria**

- Intensificar interlocução com os sindicatos para que a Associação participe dos espaços de negociação coletiva por ocasião da campanha salarial.

- Inserção da AFBNB na campanha salarial/greve com material, documentos impressos e informação permanente à base.

### **Moções**

#### Moção de apoio

Os funcionários do BNB, reunidos na 48ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, em Brasília (DF), manifestam apoio à Juliana Donato, conselheira eleita pelos trabalhadores para o Conselho de Administração do Banco do Brasil, a qual vem sofrendo represálias e perseguições para o exercício de seu mandato. Os representantes cobram a garantia do exercício desse mandato como importante conquista dos trabalhadores, ao invés de impor dificuldades, inclusive com seis ações na justiça (todas perdidas pelo Banco).

#### Moção de repúdio à cláusula de barreira da Reforma Política

A reforma política votada em primeiro turno na Câmara dos Deputados torna ainda pior o sistema eleitoral brasileiro. Além de constitucionalizar o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a Câmara votou uma cláusula de barreira que retira o tempo de televisão do PSTU, PCB, PCO e PPL e impede o PSOL e PV de participar de debates na TV. Tal votação significa um duro ataque às liberdades democráticas ao restringir a liberdade partidária conquistada duramente com a derrubada da ditadura militar. Querem calar partidos de trabalhadores e ligados à esquerda. O Conselho de Representantes da AFBNB repudia essa cláusula anti-democrática.

#### Moção de aplauso

Os conselheiros representantes dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, reunidos por ocasião da 48ª RCR em Brasília, expressam sinceros aplausos pela oportuna escolha da cidade sede do governo do Brasil, bem como pela histórica visita ao Congresso Nacional durante o evento.

#### Moção de repúdio

Nós, representantes eleitos da AFBNB, repudiamos o inteiro teor da PEC 87/2015, e em especial no tocante à desvinculação das receitas dos fundos constitucionais e do caixa único da contribuição social ao INSS, por ferir a Dignidade Previdenciária dos aposentados e fragilizar a previdência pública.

#### Moção de pesar

Nós, representantes eleitos da AFBNB, manifestamos nosso pesar pelo falecimento do colega Francisco Tadeu Bitu em maio passado. Bitu foi um árduo defensor dos agentes de desenvolvimento.

Carta de Brasília  
Seminário “Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil”

O Nordeste vem crescendo nos últimos anos numa média superior às demais regiões, o que é positivo, porém insuficiente para superar as graves desigualdades regionais. Seriam necessárias décadas para atingir os patamares dos índices econômicos da Nação. Os programas sociais do governo federal contribuíram para reduzir a miséria e amenizar problemas, especialmente no Nordeste - onde se concentram os maiores contingentes de pobreza, mas para transformar a realidade adversa se exige ações mais estruturais.

Mesmo com a tentativa de retomada do planejamento estratégico e de uma política de desenvolvimento regional na última década, verifica-se a falta de integração entre órgãos de caráter regional, muitos dos quais fragilizados e desestruturados; não existe um referencial, político e técnico, que possibilite o implante do recorte regional em todas as políticas, programas e ações do Governo Federal. É necessário um pacto federativo, no bojo de um Projeto Nacional de Desenvolvimento amplamente discutido com a sociedade, onde fique caracterizado que não há solução para o Brasil se não houver solução para o Nordeste e para o semiárido, assim como para a Amazônia e o Norte.

As regiões menos desenvolvidas precisam de mais recursos, de mais investimentos. Portanto, a PEC 87/2015 proposta pelo governo representa um retrocesso na política de desenvolvimento regional, na medida em que reduz em 30% as transferências de recursos para os Fundos constitucionais (FCO, FNO e FNE). Necessária se faz, e mais do que nunca, ampla mobilização dos agentes políticos no sentido de convencer o governo e o parlamento do equívoco da edição da citada PEC. E mais, diante da conjuntura de crise é necessário a democratização das relações com os segmentos populares e com as entidades de trabalhadores, garantindo-se significativa importância na definição das políticas públicas e na atuação do Estado nacional. A interlocução no Congresso Nacional e nas demais casas legislativas tem que ser uma etapa estratégica de luta que paute um Brasil melhor, a partir da ausculta das ruas, e projete resultados concretos, aderentes à lógica dos trabalhadores e dos que mais precisam da ação político-institucional.

Assim, considerando a necessidade da ação firme do Estado Nacional em relação à questão regional e ao recorte regional, os participantes do Seminário “**Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil**”, realizado em Brasília no dia 18/08/2015, como fruto dos debates ocorridos no evento, e preocupados, pela necessidade de políticas positivas que a realidade exige, cobram do Governo Federal e dos parlamentares no Congresso Nacional:

- **Projeto Nacional de Desenvolvimento** – a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) deve ser pautada com a sociedade no contexto de um Projeto Nacional de Desenvolvimento em que as regiões Norte e Nordeste tenham papéis compatíveis com o resgate da dívida histórica com as mesmas, as quais contribuíram para o crescimento econômico do Centro-Sul.
- Regulamentação dos artigos da Constituição Federal de 1988 que garantem a **inserção da dimensão regional nas políticas e planos do governo federal** e a regionalização dos instrumentos de planejamento e orçamento federal, promovendo tratamento diferenciado para as regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), de modo a reduzir significativamente a desigualdade entre os indicadores sociais/econômicos dessas regiões e o restante do Brasil.
- **Fortalecimento dos Órgãos Regionais** – valorização dos trabalhadores, maior capilaridade, mais funcionários, capacidades para integrar e potencializar ações estratégicas. Isto passa por: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste com recursos na LOA, aumento do capital social ao Banco do Nordeste do Brasil (Lei 12.712/2012), instituição do Fundo do Semiárido (PEC 57/1999), alocação



de recursos dos Fundos Setoriais e composição de fundo financeiro administrado e operacionalizado pelo Basa/Banco do Nordeste, regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e fim da transferência das poupanças do Nordeste para o Sudeste, e reestruturação do DNOCS, da CODEVASF, da SUDENE e da CHESF.

- **Reformas Estruturais** - Defendemos a ampliação da democracia, o que implica reforma política democrática que assegure a pluralidade de opiniões, reforma tributária que taxe os mais ricos e as grandes fortunas, reforma agrária que assegure terra aos trabalhadores rurais, democratização dos meios de comunicação, educação e saúde de qualidade em todos os níveis.
- **Valorização dos Trabalhadores** - Na luta pelo desenvolvimento do país e pelo fim das desigualdades regionais é necessário ter como premissa a valorização dos trabalhadores, a defesa e ampliação dos direitos destes, com melhores condições de trabalho, saúde e aposentadoria digna.

Brasília, 18 de agosto de 2015

Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB)